

AduSP INFORMATIVO

Associação dos Docentes

Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

A planilha do Cruesp de julho já saiu; continuamos esperando a ata...



Na terceira reunião de preparação do IV Congresso, decidiu-se pela sua realização em 2001 (Pág. 2)

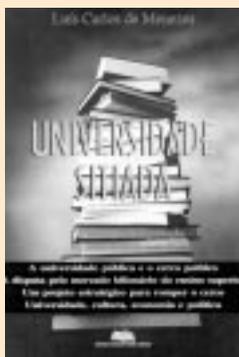
ARBITRARIEDADES

A CERT quer continuar exercendo um poder que não tem (Pág. 4)

Coquetel lança “Universidade sitiada”

Mais um Coquetel Cultural acontece na sexta-feira, 4 de agosto, na sede da Adusp, às 17h30. Será lançado *Universidade sitiada. A ameaça de liquidação da universidade brasileira*, de Luís Carlos de Menezes (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999).

Professor do IF, Menezes tem se dedicado a pesquisas sobre o ensino superior e, no livro, discute o processo de desmobilização, “sob uma política geral de desmonte institucional”, vi-



vido pela universidade pública brasileira. O professor reconhece como ameaças maiores à universidade a existência de um mercado bilionário do ensino superior privado e a “ação de setores políticos que procuram se desfazer dos equipamentos públicos não reconhecidos como integrantes do núcleo essencial do Estado”. Debate oportuno para esse momento de retomada da luta em defesa da universidade pública gratuita e de qualidade. Vale conferir!

O Fórum das Seis recebeu a planilha do Cruesp dos primeiros 7 meses de 2000. Consta-se que as universidades, particularmente a USP, estão em situação financeira consideravelmente melhor que em anos anteriores. Na última reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp, no dia 6 de junho, ficou acertado que o Cruesp faria redação de uma ata que sintetizaria os itens em acordo e desacordo entre as partes. Os aspectos em que não havia divergência incluíam todos os itens referentes aos salários. Até o momento, o Fórum não recebeu a proposta de redação do Cruesp.

A tabela I sintetiza os gastos acumulados com salários entre janeiro e julho de 2000, nas três universidades estaduais.

Agregado	Unesp	Unicamp	USP
82,14	86,67	84,39	79,05

Para se ter uma idéia, os 6% que faltam na USP para atingir 85% de comprometimento acumulado com salários nos primeiros sete meses do ano correspondem a cerca de R\$ 38 milhões.

A tabela II mostra o comprometimento acu-

mulado com salários na USP, a partir de 95.

Acumulado até julho/2000:	79%				
Em anos anteriores (até julho/2000):	99	98	97	96	95
	94%	92%	84%	85%	84%

No momento em que os estudantes continuam a negociar com a reitoria da USP a ampliação do quadro docente e funcional (veja matéria na página 3), estes dados mostram que há muito espaço para um aumento significativo no número de pessoal dedicado ao trabalho acadêmico (Registre-se: o salário anual – incluindo reflexos – de um professor doutor em RDIDP é de cerca de R\$ 46.000,00).

Além disso, foi aberto pela Comissão de Orçamento e Patrimônio o debate sobre as diretrizes orçamentárias para 2001. Ela solicitou manifestações das unidades até 31 de julho. Infelizmente, o prazo dado é exíguo. A experiência que tivemos durante a greve indica que muita gente estaria disposta a opinar sobre as diretrizes políticas que considera adequadas para o orçamento. Em particular, é preciso continuar insistindo para que os salários não banquem o funcionamento da universidade e que políticas empresariais de remuneração não voltem à pauta.

2001: o 4º Congresso ocupa seu espaço!

A terceira reunião preparatória do 4º Congresso da USP foi realizada no dia 18 de julho na sede da Adusp. Como nas duas anteriores, compareceram representantes da Adusp, do DCE e do Sintusp. Foi discutida a data da realização do Congresso. Há um consenso em torno da proposta do Conselho de Representantes da Adusp de que o Congresso seja realizado em abril de 2001, durante a semana santa. Até lá devem ocorrer diferentes eventos preparatórios nas unidades da capital e do interior. Por exemplo, na Faculdade de Educação, alunos, docentes e funcionários têm reuniões todas as sextas-feiras, às 17 horas, discutindo e aprofundando temas que surgiram ao longo das atividades de greve. Esse

tipo de iniciativa poderia ser implementada em outras unidades por nossos conselheiros.

Primeiro jornal

O primeiro Jornal do 4º Congresso deverá conter: editorial histórico e conjuntural, glossário da vida universitária da USP (fornecendo informações sobre estrutura de poder, comissões, financiamento e orçamento, organização das unidades, entre outros temas), depoimentos históricos sobre os três congressos anteriores, fotos, frases da greve, entre outras sessões. Esse jornal deverá circular no início do segundo semestre letivo entre os três setores e terá uma tiragem de 30.000 exemplares.

Cartaz e símbolo

Será elaborado um cartaz anunciando o 4º Con-

gresso para 2001. Também será realizado um concurso para escolha do símbolo do Congresso que deverá estar presente em todos os materiais associados ao evento. Como mote para o símbolo, foi sugerida a idéia de que o movimento unificado dos três setores garantiu a força da campanha de data-base e propiciou uma problematização acadêmica da vida da universidade, desaguando naturalmente num processo de continuidade de reflexão e ação que levará ao 4º Congresso da USP. Envie suas propostas até o final de agosto. Aproveitem a oportunidade de exercitar a criatividade!

Finalidades

Houve um entendimento de que uma das finalidades do Congresso é a

de servir de canal organizativo para os temas debatidos durante a greve. Alguns temas foram lembrados: democratização da estrutura de poder; eleição do reitor; projetos de universidade; democratização do acesso à universidade; aposentadoria; financiamento e fundações; carreira funcional e recursos humanos; pós-graduação profissionalizante.

Próxima reunião

A próxima reunião preparatória do 4º Congresso será no dia 2 de agosto, quarta-feira, às 18 horas, na sede da Adusp. A pauta dessa reunião será: discussão sobre os artigos elaborados para o jornal; concurso de símbolo e outros materiais; continuidade da discussão política envolvendo temas e finalidades do Congresso.

Conselho da Adusp discute plano de ação

O Conselho de Representantes (CR) da Adusp reuniu-se no dia 13 de julho, tendo iniciado a discussão de um plano de ação para o segundo semestre de 2000. Foram levantados temas e eixos para a atuação do sindicato neste segundo semestre, entre os quais destacamos: democratização do acesso à universidade pública; democratização da estrutura de poder na USP; avaliação do trabalho acadêmico; reversão imediata das arbitrariedades cometidas pela CERT; papel das fundações na USP; regimes de trabalho acadêmico e defesa do RDIDP; acompanhamento político das negociações com o Cruesp e do trabalho da comissão paritária Fórum/Cruesp, fruto da greve passada; organização do IV Congresso da USP.

Durante o debate, transpareceu a centralidade do IV Congresso de professores, alunos e funcionários da USP, como instância e instrumento de potencialização de lutas e propostas para a transformação da universidade. Os professores João Zanetic (IF), Daciberg L. Gonçalves (IME), Sérgio T. Meireles (IB), Marcos Barbosa (FE), Márcia R. Car

(EE/diretoria), Lighia Matsushige (IF/diretoria) e Suzana S. Vasconcelos (IF/diretoria) foram indicados pelo CR representantes da Adusp na Comissão de Organização do IV Congresso. Também foram eleitos os professores Américo Kerr (IF) e Francisco Miraglia

(IME/diretoria) como representantes da Adusp na comissão paritária Fórum/Cruesp.

Idéias para aprimorar a organização política e a representação da Adusp entre os docentes foram apresen-

tadas, tais como: realizar campanha de filiação, incluindo os aposentados; montar conselhos da

Adusp em cada unidade, para propiciar maior interação entre a unidade e a Adusp, bem como permitir uma avaliação mais precisa das necessidades e disposição de luta em cada local de trabalho; organizar debates temáticos para preparar o IV Congresso da USP; constituir, no in-

terior da associação, uma comissão organizadora do IV Congresso, constituída por um representante de cada unidade. De imediato, deverão ser realizadas eleições para representante em diversas unidades da USP, tanto no campus da capital quanto em Ribeirão Preto, possibilitando um crescimento ainda maior do CR.

O debate sobre os eixos fundamentais de luta do sindicato no segundo semestre serão definidos na próxima reunião, no início de agosto. Esta deliberação será amparada por sistematização das idéias e propostas apresentadas, que será feita por comissão eleita pelo CR e constituída dos seguintes representantes: Márcia A. Ferreira de Oliveira (EE), Antonio Domingues dos Santos (IF), Fábio Saltara (Poli) e Sérgio T. Meireles (IB).

Transpareceu a centralidade do IV Congresso como instância e instrumento de potencialização de lutas

Estudantes e reitor juntos na mesa de negociação

As reuniões entre os estudantes da USP e o reitor chegaram à fase conclusiva. Os encontros, inéditos, foram agendados pelo Comando de Greve dos estudantes, em 16 de maio, durante a ocupação da antesala do Conselho Universitário. No total, foram seis reuniões temáticas sobre cinco questões: democracia na universidade; HU; alimentação e moradia estudantil; verbas (LDO e fundações); e contratação de professores e funcionários. A reitoria divulgou um documento, no dia 14 de julho, sobre as reuniões realizadas e, no dia 26 próximo, continuará a discussão sobre contratação de professores e funcionários.

Depois da elaboração da agenda de reuniões com o reitor, os estudantes se organizaram em grupos de estudo para aprofundar os temas da pauta de reivindicação estudantil, tendo como objetivo levantar a realidade da Universidade e elaborar propostas concretas e fundamentadas. O grupo de estudos de

Reposição do Quadro Funcional confeccionou um relatório descrevendo a evolução histórica dos números da USP para docentes, discentes e técnico-administrativos. Apresentou números comprovando o decréscimo no quadro docente e o acréscimo no número de discentes, o que resulta no aumento da relação de alunos por professor. Em 1990, a relação era de 9,15 alunos de graduação e pós-graduação e pós-graduação por docen-

te; em 1998, essa relação subiu para 14. No período, houve diminuição de 3.076 técnico-administrativos.

Frente à degradação na qualidade de ensino, o grupo elaborou uma política de contratação, com a colaboração da Adusp, levando em consideração o impacto dessa política no orçamento, a

qualificação dos novos contratados, o processo de contratação e a situação emergencial na qual se encontram alguns departamentos. A contratação de professores e funcionários é uma questão central nas reivindicações, segundo Luiz Cláudio Messa Longo, do DCE. A reivindicação, apresentada ao

reitor no dia 13 de julho, é de 400 docentes e 800 funcionários. No dia seguinte, a reitoria apresentou aos alunos o relatório

final sem se posicionar sobre o assunto, comprometendo-se a completar o relatório depois de os alunos analisarem os argumentos apresentados pela reitoria na reunião do dia 13. Nesse dia, a reitoria contestou a folga orçamentária de 50 milhões usada como base para a elaboração das reivindicações

de contratação. Para ela, há apenas 4 milhões de folga, verba suficiente apenas para as contratações em andamento. O grupo de estudo está analisando os dados da reitoria e apresentará suas conclusões na próxima reunião. Haverá assembléia dos alunos na terça-feira para discutir o documento da reitoria.

No documento, há o compromisso de realizar debates sobre avaliação docente (veja matéria na página 4), encontros sobre a Estatuinte, fóruns de debates acerca do Regimento do HU e discussões sobre o regimento do CRUSP. Quanto à suspensão da proposta de regulamentação das Fundações até a realização do IV Congresso, a reitoria diz que não pode paralisar as decisões, mas que isso não impede a realização de seminários sobre o assunto. Parece que as reuniões conseguiram abrir um espaço mais democrático de discussão na Universidade. Espera-se que esse espaço cresça ainda mais daqui para frente.

A contratação de professores e funcionários é uma questão central nas reivindicações dos estudantes, que elaboraram uma política de contratação para levar à reitoria

TRT dá 5% de reajuste a funcionários do IPT

O Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve dos funcionários do IPT na quinta-feira, 21 de julho, como não abusiva, o que garante o pagamento dos sete dias de greve, e determinou um reajuste salarial de 5%. Além disso, o TRT manteve os benefícios obtidos pelos funcionários em acordos anteriores, os quais tinham sido reduzidos ou mesmo suprimidos em março. Assim, serão mantidos o gabinete odontológico, o plano de assistência médica, a creche e a cesta básica. Os funcionários também terão a garantia de estabilidade por 90 dias.

A decisão tem que ser

cumprida imediatamente, mas o IPT ainda pode obter um efeito suspensivo desse julgamento no Tribunal Superior do Trabalho. No ano passado, o TRT concedeu um reajuste de 2,55% e o Instituto recorreu da decisão. Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia (SinTPq), David Cecchetti, os funcionários terão de pressionar o governador para que não recorra da decisão: "O recurso implicaria uma situação inadmissível. Seria o terceiro ano sem reajuste e ainda com corte de benefícios."

Os funcionários entraram em greve dia 7 de julho, depois de mais de 100 dias de

negociação sem que a direção do Instituto apresentasse uma contraproposta. As reivindicações eram centradas principalmente na manutenção dos benefícios, no reajuste salarial de 10,2% e na recontração de 5 funcionários remanescentes de 15 demissões efetuadas em março. Os funcionários foram dispensados sem o pagamento de qualquer direito trabalhista porque não eram concursados, mas a Associação dos Funcionários do Instituto (ASSIPT) questiona a legitimidade das demissões já que eram funcionários contratados antes da lei que os obriga a participar de concurso público e o Institu-

to não os avisou da necessidade do mesmo. Além do mais, alguns desses funcionários foram recontraçados por uma fundação do IPT e outros não. Entre os 5 remanescentes estão dois representantes eleitos pelos funcionários: o presidente da associação, José Antonio Oka, e uma Conselheira do Conselho Interdisciplinar de Representação. "É um caso sem precedência na história da nossa Associação, que existe desde 1976", diz Alzira Vicente de Oliveira, vice-presidente da ASSIPT. A greve no instituto foi suspensa na sexta, 14 de julho, depois de o TRT ter adiado a votação do dia 13 para o dia 20.

Cert: instrumento de poder ideológico

Ao ser aprovado em concurso de efetivação na carreira docente da USP, depois de passar anos sob regime de contrato precário (em alguns casos mais de 25 anos), o professor espera ficar livre das arbitrariedades praticadas pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT).

A comissão, apesar de ser um órgão consultivo e de confiança do Reitor, que tem a atribuição de opinar sobre questões de regime de trabalho sem ser deliberativa, há muito vem extrapolando suas funções e atuando de modo autoritário e ilegítimo.

As arbitrariedades da CERT, que têm atingido docentes por ocasião da renovação de seus contratos, tentam expandir-se. Docentes efetivos têm sofrido advertências quanto à sua produção, no caso de seus processos de viagem ou convênios passarem pela CERT. Agora, chegam ameaças de corte do tempo integral de docentes efetivos, baseadas na suposta falta de produção a ser exportada (artigos em revistas estrangeiras).

O exemplo do IG

Em 1997, oito docentes do IG, todos contratados em RDIDP desde os anos 80, foram aprovados em concurso de efetivação à carreira docente e nomeados pelo Reitor em setembro do mesmo ano. A CERT, então, solicitou a seis destes professores que apresentassem relatórios de atividades dois anos após a nomeação. Embora todos os relatórios tenham sido aprovados pelos órgãos competentes da unidade, a comissão, em dezembro de 1999, indicou para quatro destes docentes a mudança de regime de trabalho de RDIDP para RTC ou mesmo RTP. O resultado da avalia-

ção da CERT, baseada em critérios meramente quantitativos, de contagem de publicações, não foi aceito pela comunidade do IG. O Conselho de departamento manifestou sua insatisfação com a decisão da CERT e a Congregação reafirmou por unanimidade a necessidade dos quatro docentes permanecerem em RDIDP.

Duras críticas à comissão foram apresentadas ao Reitor, que esteve presente na assembléia da Adusp de 27 de abril. A associação denunciou também as ações ilegítimas da comissão em diversos informativos e teve uma audiência com o Reitor, que se comprometeu a estudar o caso. Como a situação ainda não foi resolvida, em 30 de junho, a diretoria da Adusp solicitou nova reunião com o Reitor, até agora não agendada. A Adusp reagirá com todos os instrumentos ao seu alcance para impedir que qualquer tipo de arbitrariedade ou irregularidade seja praticada pela reitoria através da CERT.

Que modelo de avaliação é esse?

Os dispositivos estatutários e regimentais da USP estabelecem que relatórios devam ser submetidos aos órgãos competentes das unidades quando o docente está em regime de experimentação ou por ocasião de renovações de contratos. A CERT deve, nesses casos, apenas opinar sobre os mesmos. Por outro lado, é intenção da comissão avaliar individualmente todos os docentes da USP conforme expresso em documentos divulgados em



Oswaldo Pavaneli

dezembro de 99 e fevereiro de 2000. São textos que apontam uma visão produtivista de Universidade. Estamos vivenciando na USP a tentativa de implantação de um modelo de Universidade que trata o saber como mercadoria e avalia os docentes dentro desta perspectiva. Acrescente-se que são relegados a um segundo plano o ensino e a extensão de serviços à comunidade. Certamente não é o modelo de Universidade que defendemos e não o aceitaremos.

A instituição universitária vem se tornando um instrumento de poder ideológico da estrutura político-econômica neoliberal. Assim, uma avaliação, que poderia ser legítima, foi transformada em um instrumento de disciplinamento e punição da força de trabalho intelectual.

No início da década de 80, as associações docentes brasileiras e a Andes denunciavam a crescente privatização da universidade pública e a mensuração do "(...) rendimento do ensino superior a partir de uma racionalidade empresarial (...)" (Andes, cad.2, 1986), como modelo decorrente da implementação da reforma universitária imposta em 1968.

Inserção social

Nas últimas décadas, a desobrigação do estado com o financiamento do ensino em todos os níveis tem sido progressiva. Mas o estado quer manter a imagem desenvolvimentista do país para os credores internacionais o que, em parte, pode ser feito através da produção intelectual da universidade. No entanto, como mostram estudos da Unesco, mais importante que "exportar" artigos, é a participação ativa da universidade pública na solução dos problemas da sociedade na qual está inserida. A pesquisa aplicada, o ensino, a saúde pública e a estruturação da capacidade de desenvolvimento social, cultural e tecnológico não podem ser considerados, em uma universidade que mereça o nome, como atividades de segunda categoria. Está claro que para muitas dessas atividades, como aliás em uma gama variada da produção científica, a exigência de publicação internacional é inteiramente extemporânea.

É central reagir energeticamente às tentativas de desqualificar os compromissos sociais da universidade, utilizando métodos de avaliação de origem empresarial que nada têm a ver com a natureza do trabalho intelectual.